



\*C0053550A\*

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### RECURSO Nº 70, DE 1996 Contra Decisão Conclusiva de Comissão (Do Sr. José Múcio Monteiro e outros)

Requer, na forma do artigo 132, parágrafo 2º, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei nº 4.999, de 1990, com parecer favorável da comissão de mérito, seja apreciado em Plenário.

(PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO)

Nos termos regimentais do art. 132, § 2º, requeremos que seja submetido à deliberação do Plenário da Casa o Projeto de Lei nº 4.999, de 1990, de autoria do Senado Federal, que "dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica."

Sala das Sessões, 09/05/96

*Jose Mucio*

JOSE MUCIO

ADAO PRETTO  
ADELSON SALVADOR  
ADROALDO STRECK  
ADYLSO MOTA  
AIRTON DIPP  
ANTONIO JOAQUIM ARAUJO  
AUGUSTO VIVEIROS  
B. SA  
BENEDITO DE LIRA  
CHICAO BRIGIDO  
CIDINHA CAMPOS  
CIRO NOGUEIRA  
CLAUDIO CHAVES  
CORIOLANO SALES  
CUNHA LIMA  
DE VELASCO  
DELFIN NETTO

EDSON SILVA  
EDSON SOARES  
ERALDO TRINDADE  
ESTHER GROSSI  
EURIPEDES MIRANDA  
FERNANDO FERRO  
FERNANDO GONCALVES  
GIOVANNI QUEIROZ  
GONZAGA PATRIOTA  
HUGO RODRIGUES DA CUNHA  
HUMBERTO COSTA  
IBERE FERREIRA  
IBRAHIM ABI-ACKEL  
IVAN VALENTE  
IVO MAINARDI  
JAIR BOLSONARO  
JAIR SIQUEIRA

JAIRO AZI  
JARBAS LIMA  
JOAO COSER  
JOAO MENDES  
JONIVAL LUCAS  
JOSE JORGE  
JOSE LUIZ CLEROT  
JOSE REZENDE  
JULIO CESAR  
JULIO REDECKER  
LAEL VARELLA  
LAIRE ROSADO  
LAURA CARNEIRO  
LEONEL PAVAN  
LEONIDAS CRISTINO  
LUIZ MAINARDI  
MAGNO BACELAR

MANOEL CASTRO  
MARCELO DEDA  
MARCONI PERILLO  
MILTON TEMER  
MUSSA DEMES  
NELSON MARQUEZELLI  
NESTOR DUARTE  
NICIAS RIBEIRO  
OLAVIO ROCHA  
OSORIO ADRIANO  
PAES LANDIM  
PAULO GOUVEA

PAULO PAIM  
PAULO ROCHA  
PHILEMON RODRIGUES  
PRISCO VIANA  
REGIS DE OLIVEIRA  
RICARDO HERACLIO  
ROBERTO BALESTRA  
ROBERTO BRANT  
ROBERTO PAULINO  
ROBERTO VALADAO  
ROMMEL FEIJO  
SARNEY FILHO

SAULO QUEIROZ  
SEVERINO CAVALCANTI  
SILVIO ABREU  
THEODORICO FERRACO  
VICENTE ARRUDA  
VILMAR ROCHA  
WAGNER ROSSI  
WELSON GASPARINI  
WERNER WANDERER  
WIGBERTO TARTUCE  
WILSON BRAGA  
YEDA CRUSIUS

ASSINATURAS CONFIRMADAS..... 88  
ASSINATURAS QUE NAO CONFEREM..... 3  
TOTAL DE ASSINATURAS..... 92

REPETIDAS: 1

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Seção de Atas

Ofício nº 113/96

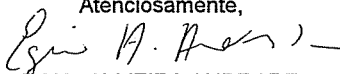
Brasília, 10 de maio de 1996.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que o Recurso, do Senhor José Múcio Monteiro, que "requer que o Projeto de Lei nº 4.999, de 1990, seja apreciado pelo Plenário" contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

088 assinaturas válidas;  
003 assinaturas que não conferem; e  
001 assinatura repetida.

Atenciosamente,

  
EGIO ALMEIDA ANDRADE  
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor  
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA  
Secretário-Geral da Mesa  
N E S T A

# PROJETO DE LEI Nº 4.999-B, DE 1990

(Do Senado Federal)

PLS Nº 320/85

Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica; tendo pareceres: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste, com substitutivo, e do de nº 3.044/89, apensado; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do de nº 3.044/89, apensado, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

(PROJETO DE LEI Nº 4.999, DE 1990, TENDO APENSADO O DE Nº 3.044/89, A QUE SE REFEREM OS PARECERES)

## S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - Projeto apensado - PL nº 3.044/89
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
  - termo de recebimento de emendas - 1990
  - termo de recebimento de emendas - 1991
- IV - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
  - termo de recebimento de emendas
  - parecer do relator
  - substitutivo oferecido pelo relator
  - termo de recebimento de emendas ao substitutivo
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão (texto final)
- V - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
  - termo de recebimento de emendas - 1993
  - termo de recebimento de emendas - 1995
  - parecer do relator
  - parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fazem jus à percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente ao grau médio, os trabalhadores da categoria dos aeroviários que exercem as seguintes funções:

- a) recepcionistas;
- b) despachantes operacionais de voo;
- c) despachantes (técnico de tráfego e de carga);
- d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria);
- e) motoristas;
- f) tarifeiros;
- g) escaladores de tripulantes;
- h) faxineiros de avião, fixos na rampa;

- i) ajudantes de linha, fixos na rampa;
- j) chefes de equipe, fixos na rampa;
- l) motoristas, fixos na rampa;
- m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa;
- n) supervisores, fixos na rampa;
- o) apontadores de pista, fixos na rampa;
- p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa;
- q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa;
- r) funcionários dos hangares de manutenção; e
- s) funcionários dos hangares de carga..

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 7 de maio de 1990. — Senador Alexandre Costa, 2.º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 320, DE 1985

Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica. Apresentado pelo Senador Roberto Saturnino.

Lido no expediente da sessão de 24-10-85, e publicado no DCN (Seção II) de 25-10-85. As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Legislação Social.

Em 23-4-90, a Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício 12/90, do Presidente da CCJ, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 19-4-90. É aberto o prazo de 5 dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário. Esgotado o prazo sem interposição de recurso. Lido Parecer n.º 91/90—CCJ, pela aprovação da matéria. A Câmara dos Deputados, com o Ofício SM/N.º 114, de 7-5-90.

SM n.º 114

Em 7 de maio de 1990

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Luiz Henrique

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei n.º 320, de 1985, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração. — Senador Pompeu de Sousa, Primeiro Secretário, em exercício.

#### PROJETO DE LEI N.º 3.044, DE 1989

(Do Sr. Jorge Arbage)

Concede adicional de insalubridade a integrantes da categoria dos aeroviários.

(As Comissões de Constituição e Justiça e Redação; de Trabalho; e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedido o adicional de insalubridade, em valor correspondente ao grau médio, aos trabalhadores integrantes da categoria dos aeroviários, que exercem as seguintes funções:

- a) recepcionistas;
- b) despachantes operacionais de vôo;
- c) despachantes (técnico de tráfego e carga);
- d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria);
- e) motoristas;
- f) tarifeiros;
- g) escaladores de tripulantes;
- h) faxineiros de avião, fixos na rampa;
- i) ajudantes de linha, fixos na rampa;
- j) chefes de equipe, fixos na rampa;
- l) motoristas, fixos na rampa;
- m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa;
- n) supervisores, fixos na rampa;
- o) apontadores de pista, fixos na rampa;
- p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa;
- q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa;
- r) funcionários dos hangares de carga; e
- s) funcionários dos hangares de manutenção.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Os aeroviários mencionados nesta proposição exercem suas atividades profissionais expostos a níveis de ruído intermitente de noventa e cinco decibéis, o que caracteriza a insalubridade de grau médio, de acordo com a Portaria MTb 3.214/78 — NR 15/Anexo 1.

É justo, portanto, que a esses trabalhadores seja assegurada a percepção do adicional de insalubridade, pois os empregadores, no âmbito administrativo, omitem-se do pagamento do benefício.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1989. — Deputado Jorge Arbage.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

#### PROJETO DE LEI Nº 4.999/90

Convém salientarmos que a matéria sob exame encontra-se em perfeita sintonia com os ditames constitucionais vigentes, especialmente com o art. 7º, inciso XXIII, in verbis:

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

..... "

Cumpre-nos registrar que a matéria sub examine está disciplinada pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, NR-15, Anexos I a XIV.

O quadro das atividades insalubres, instituído por essa Portaria é bastante minucioso. Nele são previstos, dentre outros, limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente ( Anexo I ) e limites de tolerância para ruídos de impacto ( Anexo II ).

A insalubridade pode resultar, em qualquer desses casos, da natureza da atividade desenvolvida ou das condições e métodos de trabalho.

A ação do agente agressivo, por sua vez, será medida tendo em vista sua intensidade ou o tempo de exposição do trabalhador aos seus efeitos.

O Senado Federal ao aprovar o Projeto de Lei nº 320/85 da lavra do Eminentíssimo Senador ROBERTO SATURNINO, o fez de forma a elencar 18 ( dezoito ) categorias profissionais que fariam jus à percepção do adicional de insalubridade, correspondente ao grau médio.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO  
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI Nº 4.999/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 19, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 /11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana  
Secretário

PARECER DA

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

I. RELATÓRIO

Através da iniciativa em epígrafe, o Ilustre Senador ROBERTO SATURNINO propõe a concessão de adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários. Finalmente, estabelece correspondência do referido adicional ao grau médio de insalubridade.

Ao projeto sob enfoque foi apensado o Projeto de Lei nº 3.044/89, da lavra do Ilustre Deputado JORGE ARBAGE que igualmente propõe-se a conceder adicional de insalubridade aos aeroviários.

Não foram recebidas emendas ao projeto.


É o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Causa-nos perplexidade o simples fato de os aeroviários não terem sido, até o presente momento, beneficiados com o direito à percepção do adicional de insalubridade.

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 31/05/90, por 05 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 1.990

  
RUY OMAR PRUDÊNCIO DA SILVA  
S e c r e t á r i o

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.999/90

Nos termos do art. 24, § 1º, combinado com o art. 166, e do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 9.4.91, por 5 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 1991

  
HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER  
Secretária

A nosso ver, s.m.j., a enumeração de categorias pode constituir-se num malefício aos aeroviários, eis que a mesma pode não ter alcançado a todas as categorias existentes.

Julgamos mais acertada a concessão generalizada do adicional de insalubridade aos aeroviários, sem enumeração de categorias.

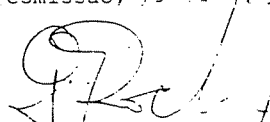
Outro aspecto relevante é a fixação do percentual do adicional. A sugestão projetada estabelece o grau médio, mesmo que essa ou aquela categoria esteja em menor ou maior contacto com os agentes agressivos.

Aqui, mais uma vez, ousamos divergir. Entendemos ser mais prudente facultar-se ao Executivo a possibilidade de regulamentar a concessão do adicional nas suas formas

mínima, média e máxima, conforme a menor ou maior intensidade de exposição ao fator de insalubridade. A título de ilustração, os mecânicos de manutenção, por motivos óbvios, expõem-se muito mais que as recepcionistas.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.999/90, nos termos do Substitutivo que apresentamos em anexo, e também do PL Nº 3044/89, apensado.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 1990.

  
Deputado PAULO ROCHA

Relator

SUBSTITUTIVO PREPARADO PELO RELATOR

Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores pertencentes à categoria profissional dos Aeroviários.

CONGRESSO NACIONAL. DECRETA:

Art. 1º Fazem jus à percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente a 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), equivalentes, respectivamente, aos graus mínimo, médio e máximo de insalubridade, a categoria profissional dos Aeroviários.

Parágrafo único. A base de cálculo para a incidência do adicional de que trata este artigo deverá ser obtida com a observância das disposições do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

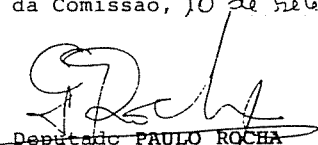
Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará esta Lei, devendo, para tanto, elaborar quadro detalhado das categorias dos Aeroviários que farão jus à percepção do adicional de insalubridade.

Parágrafo único. O quadro a ser elaborado deverá fixar os percentuais do adicional, conforme o exercício do trabalho esteja sujeito a condições acima dos limites de tolerância, nos termos do art. 1º, in fine, desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 1990.

  
Deputado PAULO ROCHA

Relator


## COMISSÃO DE TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE PARECERIMENTO DE EMENDAS

## PROJETO DE LEI Nº 4.999/90

Nos termos do art. 119, par. II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pelo art. 141 da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e a divulgação no Diário da Comissão - de prazo para apresentação de emendas - a partir de 02/09/93, por cinco sessões. Expirado o prazo, não foram recebidas emendas ao Substitutivo oferecido pelo Relator.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 1993.

  
Roberto Tedijon Almeida

Secretário

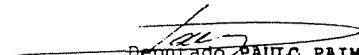
II - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, com substitutivo, o Projeto de Lei nº 4.999/90 e o Projeto de Lei nº 3.044/89, apensado, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os senhores Deputados Paulo Paim, Presidente, Paulo Rocha, Vice-Presidente, Carlos Alberto Campista, Chico Amaral, Edmundo Galdino, Ernesto Gradella, Jabes Ribeiro, Jair Bolsonaro, Jaques Wagner, José Cicote, Maria Laura, Wanda Reis, Benedito de Figueiredo, Edson Menezes Silva, João de Deus Antunes, Luiz Moreira, Nilson Gibson, Pedro Pavão e Waldomiro Fioravante.

Sala da Comissão, em 6 de outubro de 1993.

  
Deputado PAULO ROCHA  
Relator

  
Deputado PAULO PAIM  
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO  
DE LEI Nº 4.999, DE 1990

Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores pertencentes à categoria profissional dos aeroviários.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fazem jus à percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente a 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), equivalentes, respectivamente, aos graus mínimo, médio e máximo de insalubridade, a categoria profissional dos Aeroviários.

Parágrafo único. A base de cálculo para a incidência do adicional de que trata este artigo deverá ser obtida com a observância das disposições do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

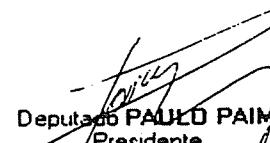

Art. 2º O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará esta Lei, devendo, para tanto, elaborar quadro detalhado das categorias dos Aeroviários que farão jus à percepção do adicional de insalubridade.

Parágrafo único. O quadro a ser elaborado deverá fixar os percentuais do adicional, conforme o exercício do trabalho esteja sujeito a condições acima dos limites de tolerância, nos termos do art. 1º, *in fine*, desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 6 de outubro de 1993

  
Deputado PAULO PAIM  
Presidente  
  
Deputado PAULO ROCHA  
Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.999-A/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 23 /11 / 93 , por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1993.

  
LUIZ HENRIQUE C. DE AZEVEDO  
Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

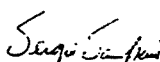
#### TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.999-A/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas a partir de 02/ 03/ 95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão em 10 de março

de 1995.

  
SÉRGIO SAMPAIO C. DE ALMEIDA  
Secretário

PARCERDACOMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO1- MINISTÉRIO

Através da proposta, o Senado Federal propõe a concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários.

Causa-se perplexidade o fato de os aeroviários não serem, até o presente momento, beneficiados com o direito à concessão do adicional de insalubridade.

Como sustentamos na matéria sob exame, a Portaria nº 3.214/78, que disciplina os limites de tolerância com os ditames constitucionais, especialmente do inciso XXIII, art. 7º, da Constituição.

Cumpre-nos registrar que a matéria sub examine está disciplinada pela Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho. O quadro das atividades insalubres, instituído por essa Portaria é bastante minucioso. Nele são previstos, dentre outros, limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente e limites de tolerância para ruídos de impacto.

A insalubridade pode resultar, em qualquer desses casos, da natureza da atividade desenvolvida ou das condições e métodos de trabalho.

A Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público examinando o mérito da proposta aprovou o parecer do Deputado Paulo Rocha, através de SUBSTITUTIVO.

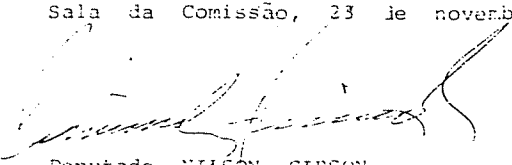
Esgotado o prazo regimental para apresentação de emendas nesta CCJR, nenhuma foi encaminhada.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Por considerar que o projeto de Lei nº 4.999, de 1990, em exame respeita a boa técnica legislativa e contempla os requisitos essenciais de juridicidade e constitucionalidade, o nosso voto é por sua aprovação, na forma do SUBSTITUTIVO apresentado pela Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público, oferecido pelo Relator Deputado Paulo Rocha, e também do PL nº 3.044/89, apensado

Sala da Comissão, 23 de novembro de 1995.



Deputado NILSON GIBSON

Relator

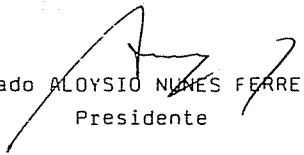
III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.999-A/90, do de nº 3.044/89, apensado, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, nos termos do parecer do Relator, Deputado Nilson Gibson.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aloysio Nunes Ferreira - Presidente, Nestor Duarte e Vicente Arruda - Vice-Presidentes, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Nelson Trad, Paes Landim, Régis de Oliveira, Rodrigues Palma, De Velasco, Gilvan Freire, Ivandro Cunha Lima, Uldson Bandeira, Adylson Motta, Darci Coelho, Jair Siqueira, Jarbas Lima, José Rezende, Prisco Viana, Almino Affonso, Danilo de Castro, Edson Soares, Marconi Perillo, Nicias Ribeiro, Welson Gasparini, Zulaiê Cobra, Marcelo Déda, Milton Mendes, Coriolano Sales, Aldo Arantes, Jair Soares, Elias Abrãhão e Luiz Carlos Santos.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 1996



Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA  
Presidente